

AS CEBs À LUZ DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

José Lima de Alencar¹

Maria Alice da Cruz Oliveira²

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar o processo de organização e atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), acerca do aspecto religioso e das mudanças políticas e sociais na contemporaneidade brasileira. As CEBs são resultados da organização primeiramente religiosa, porém, sem o aprisionamento das estruturas religiosas tradicionais, pois se contextualizam numa postura contrária ao critério eclesial piramidal, e, junto aos movimentos sociais populares se faziam resistentes à ditadura militar, a partir da segunda metade do século XX. É neste cenário de transformações religiosas, políticas e sociais que as CEBs, ligadas à Teologia da Libertação (TL), se manifestam a favor da realidade do povo latino-americano. Encontram-se enraizadas numa nova concepção sociológica de mudanças, daí a relevância da relação para com os movimentos sociais, que tiveram apoio para o processo de articulação e de reivindicação mediante os problemas aqui enfrentados. Buscamos perceber o contexto histórico em que elas surgiram, a partir do Vaticano II (1962-1965), das Conferências Episcopais Latino-Americanas Medellín (1968) e Puebla (1979), que, inspiradas pela Teologia da Libertação, contou com a atuação de líderes religiosos e leigos, preocupados com a causa do pobre. A proposta é mostrar que as CEBs, nascidas da “práxis social”, capacidade das classes sociais trabalhadoras para transformar a sociedade, hoje vêm enfrentando sérios desafios para se organizar e se articularem mediante a nova realidade que se apresenta tanto no âmbito religioso quanto no campo político e social. Por isso, compreendemos que, diferentemente do período eferescente dos anos 70 e 80, as CEBs se ressignificaram a fim de que pudessem continuar vivas na Igreja e na sociedade.

Palavras-chave: CEBs; Teologia da Libertação; Movimentos Sociais; Religião; Política.

Introdução

O estudo em questão versa sobre “As CEBs à luz da Teologia da Libertação e sua relação com os movimentos sociais”, mostrando as Comunidades Eclesiais de Base dentro de uma prática libertadora, de uma força motora que nasce do encontro ideário de fé com a realidade de vida da população sofrida e marginalizada. Elas se apresentam como a *opção preferencial pelo pobre*, em defesa da vida, que, além do aspecto religioso, também se relacionam

¹ Mestrando em Ciências da Religião na Universidade do Estado do Pará – UEPA (2014-2015). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Pará – FAPESPA. Especialização em Filosofia da Educação pela UFPA; Licenciatura em Ciências Sociais pela ULBRA e em Filosofia pela FPA. E-mail: limatabocal@yahoo.com.br.

² Mestranda em Ciências da Religião na Universidade do Estado do Pará UEPA (2014-2015). Especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior pela UNAMA; Licenciatura em Geografia pela UFPA e em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail:alicymary@yahoo.com.br.

política e socialmente junto aos movimentos sociais, nas formas de lutas e resistências à ditadura militar e às injustiças sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX, manifestando seu comprometimento com a realidade do pobre latino-americano, especificamente, no cenário brasileiro.

Neste sentido, a temática tece uma análise das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), verificando sua base nos aspectos religiosos e suas concepções sociológicas de mudanças políticas e sociais na contemporaneidade brasileira, para compreender se a atuação deste movimento eclesial popular ainda expressa de forma significativa via de mudanças sociais ao que corresponde ao período de seu surgimento e efervescência ou se simplesmente tiveram que se ressignificar a partir de um contexto marcado, por um lado, pelo surgimento de novos movimentos religiosos pentecostais e pelo clericalismo da Igreja Católica, e, por outro, pelos novos desafios de uma sociedade capitalista individualista e excludente.

Metodologicamente procuramos analisar a temática, por meio de um levantamento bibliográfico numa discussão que se reporta a partir do contexto em que as CEBs surgiram, tendo o Vaticano II (1962-1965) e as Conferências Episcopais Latino-Americanas Medellín (1968) e Puebla (1979), como base de uma possível abertura da Igreja Católica para a América Latina, sob a inspiração de uma *teologia libertadora*, com o trabalho de lideranças religiosas e leigas que tiveram atuação conscientizadora no campo político, social e educacional, em defesa do povo sofrido. Por isso, além da perspectiva religiosa, o aspecto sociológico foi de suma importância para analisar os delineamentos e acontecimentos ocorridos ao longo da trajetória das CEBs no Brasil.

Primeiramente faremos uma análise dos pressupostos teóricos que antecederam e nortearam o surgimento das CEBs; em seguida, percorremos brevemente a trajetória destas comunidades no Brasil, relacionando-as aos Movimentos Sociais, sobretudo, às contribuições políticas e sociais no período de efervescência destes movimentos; e, por último, abordamos as CEBs mediante os desafios e perspectivas na sociedade contemporânea.

Alguns Pressupostos Teóricos

Compreender o processo de surgimento e atuação das CEBs nos aspectos religiosos e sociais requer levar em consideração que estas tiveram como fonte motivadora a realidade do povo pobre e sofrido na América Latina, e, especificamente, no Brasil, que fez deste movimento eclesial popular uma grande referência de articulação num contexto de mudanças sociais e políticas sucedidas a partir da segunda metade do século XX. Entretanto, alguns elementos serviram como suporte para que as CEBs, além do viés eclesial, tivessem como

foco principal os problemas sociais, visando melhores condições de vida e valorização humana mediante um contexto globalizado de um sistema capitalista e uma doutrina neoliberal de exclusão social.

Os pressupostos ao surgimento das CEBs perpassam por uma compreensão *ética libertadora* em defesa da vida, isto é, uma visão que se contrapõe ao sistema econômico vigente na sociedade, fundamentado no capital de mercado que privilegia apenas o lucro e a competitividade em detrimento à exploração e exclusão do indivíduo. Neste sentido, a Teologia da Libertação (TL), ao contrário desta *ética* do consumo, se propõe em favor da vida, daquele que precisa de terra, educação, justiça, saúde, moradia entre outros bens necessários à dignidade da pessoa humana.

Por isso, em termos históricos, o nascimento da TL se deu ao final da década de 1960 ao início dos anos 1970, a partir de um contexto de “reforma eclesial desde o Concílio Vaticano II” (RICHARD, 2006, p. 25), nitidamente permeado pela proposta de abertura na Igreja Católica pelas mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais o mundo passava naquele período. Com o Vaticano II³ notamos que alguns temas demonstraram-se importantes como proposta ao abrir-se da Igreja Católica às novas mudanças e acompanhamento da realidade num mundo emergente e perplexo, nos aspectos religiosos, sociais, políticos, econômicos, entre outros.

Neste sentido, a Igreja buscou dar uma nova roupagem à sua atuação, prescrita em alguns documentos deste concílio, como por exemplo a ideia de uma igreja não hierárquica, mas “igreja povo de Deus” (LG 13), aberta à modernidade e aos novos tempos (GS 4). Além disso, a partir deste novo acontecimento, mudanças reformistas na liturgia ocorreram, e, teoricamente a Igreja se propôs priorizar o ecumenismo e pregar a liberdade religiosa como forma de fazer valer a *legitimação* do seu aparato eclesial.

A esse respeito, Fernando (2014, p. 28) se refere nos seguintes termos:

A modernização da Igreja nos anos 60 [...] promoveu um caminho de mão dupla: de um lado, as ações da ala esquerda efervesceram-se e lideraram uma importante mudança institucional (sustentada pelo Concílio Vaticano II), significando basicamente, um passo na direção de uma elaboração teológica que contempla os problemas sociais: a teologia da libertação; o outro lado se encaminha pela esteira mais conservadora, que culminou na elaboração da renovação carismática.

Assim, somando-se ao contexto de reforma eclesial favorável às CEBs como novo modelo de ser igreja, um acontecimento marcante em nível de América Latina se deu em torno da Conferência Episcopal, ocorrida em Medellín⁴, cuja preocupação central levava em consideração a realidade sofrida do povo, de crítica às injustiças de uma ditadura econômica e

de um imperialismo internacional que supervaloriza o deus do dinheiro em detrimento da miséria de milhões de pessoas.

Nesta conferência, as CEBs são propostas como fundamento para a vida da igreja, são concebidas como “o primeiro e fundamental núcleo eclesial [...], célula inicial de estruturação eclesial e foco da evangelização, e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento” (MED 1968, 15,10). Através desta reunião latino-americana as CEBs passam a ser enxergadas como nova forma de organização pastoral, de tal modo a exigir que “a hierarquia eclesial se aproximasse das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado” (FERNANDO, 2014, p. 32).

Com a Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Puebla⁵, a igreja retoma a situação de extrema pobreza, o grito de um povo que sofre e que suplica por justiça. Nesta, a igreja assume declaradamente “opção preferencial pelos pobres” e declara que o surgimento das “Comunidades Eclesiais de Base ajudaram a descobrir o potencial evangelizador dos pobres” (PB 1979, 1134,1147).

Nesta direção, podemos considerar as CEBs enraizadas nestes acontecimentos eclesiais, dos quais dois brotados neste chão latino-americano e marcados pela força da Teologia da Libertação, possibilitando, conforme Fernando (2014, p. 33) “uma nova forma de catolicismo, que tem como portadores principais as comunidades eclesiais de base e pastorais populares, cujas ações nos meios populares manifestam opção preferencial pelos pobres”.

Porém, precisamos levar em consideração que diante das bases fundamentais da Teologia da Libertação e mesmo diante de uma Igreja precisando de reformas, nos fins dos anos 80 se apresenta todo um contexto eclesial de contra reforma, considerado por alguns estudiosos como período de *involução*⁶ da Igreja Católica, que não aprecia com bons olhos esta teologia ao ponto de querer suprimi-la dos critérios de uma igreja romanizada, tradicional.

Neste viés, Silva (2006, p. 54) afirma que “A TL se contrapunha à Igreja tradicional, que se mantinha distante do *povo* e de suas necessidades. Os teólogos da libertação pregavam uma abertura da Igreja às causas sociais e recriminavam toda espécie de conservadorismo no interior do catolicismo”. Por isso, a compreensão de uma reforma indesejável dentro do cenário eclesial.

Assim, para além do âmbito eclesial, as origens da TL na América Latina também estão amplamente marcadas ao contexto sócio-político, ligadas aos movimentos de esquerda, que, a partir do final da década de 60, como sinalizamos, se manifestou com forte crítica ao perverso sistema capitalista. Podemos inferir, portanto, que as CEBs surgiram como movimento eclesial, porém, com visão social, nas articulações para tentar responder aos

problemas surgidos no interior da sociedade, motivadas pela *força motora* da TL, na construção de cidadania, vida digna aos indivíduos.

A Trajetória das CEBs

Os pressupostos teóricos acima apresentados mostraram as contribuições para o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, assim como, para que seu processo de organização e atuação ocorresse dentro de um caráter inclusivista, ou seja, por meio da capacidade de acolhimento e agregação para junto de si todos aqueles que se encontram excluídos de uma sociedade massificadora e capitalista.

Ao longo de sua trajetória, as CEBs que passaram por um grande momento de organização e atuação política e social, nem sempre visualizadas de forma bem quista pelos setores conservadores da Igreja Católica, estarão sujeitas, como veremos, a grandes crises e enfraquecimento, tendo que se ressignificarem para continuarem vivas seja na igreja seja na sociedade ou na história da sua existência como um todo. Porém, um elemento fundamental neste processo é que as CEBs, outrora ligadas à Igreja, jamais se aprisionaram aos ditames do catolicismo romano tradicional, mas, ao contrário, buscou se manifestar com autonomia de decisão nas questões políticas e sociais.

Compreendemos, neste sentido, a importância de uma força motivadora encontrada nas CEBs a partir de um olhar construído pelo viés da Teologia da Libertação, tornando-se praticamente impossível falar daquela sem antes passar pela concepção desta última, às quais se apresentam intimamente ligadas. Nesta direção, Boff (1991, p. 83) enfatiza que:

Há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das comunidades eclesiais de base e o da teologia da libertação. No contexto latino americano, um não pode ser pensado sem o outro. As comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As comunidades eclesiais de base representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria desta prática.

Assim, a partir desta interligação, percebemos que as CEBs foram aceitas não pela vertente conservadora da Igreja Católica, mas incentivadas pela Teologia da Libertação, que após o Concílio Vaticano II se articulou todo um processo de desenvolvimento, organização e articulação, cuja maior evidência e efervescência ocorreram principalmente em torno dos anos 1970-80, num contexto que se almeja transformações religiosas, políticas, econômicas e sociais, na busca de novos paradigmas e perspectivas de ação no país.

Assim, a partir desse contexto de endurecimento eclesial, Fuellenbach (2006, p. 264) questiona que:

Embora a igreja oficial tenha muitas vezes um grande entusiasmo, aceitando o surgimento das CEBs e considerando esse fenômeno como obra do Espírito Santo, em particular na América Latina, as CEBs também sofreram uma resistência obstinada, ou ao menos foram alvo de forte ressentimento por parte de alguns líderes eclesiais oficiais. Na maioria absoluta das vezes, isso se deve ao seu vínculo com a teologia da libertação, na qual as CEBs têm suas raízes.

Porém, mesmo dentro de um ambiente, muitas vezes, hostil, as CEBs foram caracterizadas como grupos de pessoas que compartilham de uma mesma realidade, marcada por misérias e anseios por melhorias de vida social. São pessoas que, insatisfeitas, desprovidas de direitos, se articulam buscando meios coletivos para a melhoria de toda a comunidade. Estas pessoas têm em sua bagagem o uso da bíblia como ferramenta, utilizando-se do método hermenêutico⁷ em articulação com a própria vida, na busca de solução para os problemas que enfrentam.

Assim, ao falarmos de CEBs nos voltamos para a importância de compreensão dos termos que as constituem, estando estas localizadas nas zonas rurais e nas periféricas das cidades, na sua maioria, organizadas em volta de uma paróquia⁸ ou capela comunitária. De acordo com Frei Betto, elas surgiram a partir dos anos 60 entre as classes populares no Brasil, representando uma nova forma de se organizar.

São *comunidades* porque as pessoas se conhecem pelo nome, partilham suas vidas e seus problemas, põem em comum seus bens e seus esforços, lutam juntos por melhorias no bairro, conquista da terra ou da moradia, uma vida melhor. São *eclesiais* porque o eixo em torno no qual giram é a palavra de Deus [...]. São de *base* porque integradas por subempregados, aposentados, jovens, lavradores, operários, donas de casa, enfim, gente pobre e oprimida que forma a base da sociedade (BETTO, 1991, p. 152 com grifos nossos).

A partir da compreensão do que as CEBs representam, verificamos que este movimento eclesial popular construiu seu espaço e seu marco referencial na história eclesial e social da realidade brasileira, sobretudo, pela diversidade com que se inserem nas questões sociais do cotidiano em que vivem. Assim, as CEBs, diferentemente do modelo hierárquico da Igreja Católica, são organizações de modo descentralizado que buscam dar respostas aos desafios enfrentados sejam religiosos sejam sociais.

Conforme Teixeira (1993, p. 12), a gênese das CEBs no Brasil ocorreram a partir de experiências de catequese popular juntamente com o Movimento de Educação de Base. Este período serviu como afirmação do laicato, numa intensa rearticulação da pastoral popular com os movimentos sociais, numa perspectiva transformadora de um contexto político fortemente marcado pelo o golpe militar de 1964 em nosso país.

Percebemos a partir deste período, no âmbito de sua trajetória e atuação, a estreita relação que se deu entre as CEBs e os movimentos sociais, articulando-se através de pontos comuns, sobretudo, ligados à realidade do povo sofrido, marginalizado e explorado, ou seja, ambos se encontram juntos e misturados em buscas de soluções em prol de uma coletividade que anseia por condições dignas de seus direitos.

Neste sentido, não é difícil percebermos o porquê de, mesmo partindo de um cenário de uma instituição religiosa, as CEBs estarem ligadas e interligadas socialmente aos demais movimentos populares, resistentes e contrapostos à forma mais repressiva e degradante da história brasileira – a ditadura militar – por mais de duas décadas. Por isso, a exemplo de outros movimentos de lutas populares na história do Brasil, as CEBs, marcadas pelo *carisma religioso*, estiveram fortemente comprometidas com a causa do pobre e as transformações sociais.

As CEBs juntamente com os militantes inseridos nas pastorais operária, rural e urbana, foram decisivas para que os movimentos sociais e políticos se consolidassem nas lutas e reivindicações, principalmente ao período de repressão militar acima citado. Assim, conforme Löwy (1991, p. 58) “Os militantes das CEBs, com apoio dos teólogos e bispos mais radicais, ajudaram a construir o movimento operário (urbano e rural) de massa, o maior e o mais radical de toda história do Brasil”.

Podemos afirmar, por este viés, que a história dos movimentos sociais na América Latina e, principalmente, no Brasil se confunde com a atuação das CEBs, que nas palavras da socióloga Maria da Glória Gohn, estudiosa dos movimentos sociais no Brasil, afirma que “no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação” (GOHN, 2011, p. 342).

Assim, constatamos que as CEBs, a partir da realidade brasileira, foram constituídas como um importante instrumento na formação de lideranças dos movimentos populares, tanto para as pastorais sociais quanto para lideranças de partidos políticos, à época, de esquerda que lutavam por ideais comuns. Elas se tornaram verdadeiros espaços de articulações e ações contra as injustiças sociais. Ou seja, se tornaram protagonistas em vários aspectos como “a força humanista para a formação e a ação de seus membros e lideranças, onde o aspecto religioso renovou a Igreja, o aspecto político renovou à esquerda e o aspecto cultural ajudou a diminuir os preconceitos e a libertação das injustiças” (MACHADO, 2012, p. 384).

A contribuição das CEBs aos movimentos sociais foram visualizadas como “um celeiro gerador de agentes de mudança” (BOFF, 1991, p. 92) em prol de uma causa justa e solidária. Foram de grande importância para as iniciativas dos sindicatos, nas reivindicações nas greves e nas lutas por direitos no país. Para Gohn (2007, p. 177), elas são o movimento que nasce da “práxis social”, “capacidade que as classes sociais trabalhadoras e os grupos dominados possuem para transformarem a sociedade” por meio de suas atividades políticas e sociais.

Entretanto, mesmo as CEBs caracterizadas como movimento eclesial popular, com iniciativas políticas e sociais, percebemos que desde a década de 90 aos nossos dias já não apresentam as mesmas expressões de luta e atuação no cenário religioso e político do país, fato este marcado, de um lado, pelos movimentos católicos pentecostais pelo modelo eclesial romano hierarquizado, piramidal, com decisões de cima para baixo, e não de forma circular, proposto pelas CEBs (BOFF, 1978, p. 52); e, por outro, pelas sérias consequências ainda enfrentadas, sobretudo, na América Latina, pelo enfraquecimento das lutas políticas e sociais de forma coletiva em substituição à busca de sobrevivência, onde prevalece o mercado ideologicamente neoliberal e capitalista pelos indivíduos cada vez mais fechados no seu individualismo e na busca de um poder desenfreado e excludente.

1142

As CEBs: entre Desafios e Perspectivas

Entender o papel das CEBs mediante os desafios e perspectivas de mudança social na contemporaneidade requer uma concepção a mais clara possível sobre a realidade vivenciada e sofrida, visando a construção de uma nova sociedade em que a conquista dos direitos possam de fato acontecer em prol da vida humana, nos diversos aspectos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre outros. É neste contexto que as CEBs se encontram, partindo-se de um solo fértil e propício dos anseios por um mundo melhor, mesmo diante das fortes implicações eclesiais, políticas e contaminações ideológicas.

Partindo desta compreensão, um dos grandes desafios das CEBs se encontra na busca de uma identidade própria diante do grande não da sociedade excludente. A grande questão, neste sentido, é como se manter convicta de determinadas posturas e modos de atuação diante de tantas contradições sociais. A esse respeito, a antropóloga Carmen Cinira Macedo defende que nas CEBs, os agentes de pastoral favorecem um clima de acolhida, permitindo o despertar numa perspectiva de libertação diante das angústias sofridas, que deverá perpassar por uma tomada de consciência de forma coletiva. De acordo com a autora,

A sociedade lhes nega exatamente o que lhes acena como condição para a dignidade, para se perceberem como gente. É aqui que entram os agentes de pastoral favorecendo um clima de acolhida e permitindo o aflorar das angústias coletivas, com uma perspectiva de libertação mediada pela tomada de consciência coletiva (MACEDO, 1986, p. 48).

A partir deste importante papel dos agentes e lideranças se pode afirmar que a contribuição das CEBs no Brasil, além de expressar uma nova postura na Igreja, ainda que de forma parcial, também em muito contribuiu no aspecto político e social. Somando-se a tal afirmativa, Boff (1991, p. 89) lembra que “essas novas comunidades contribuem de diferentes maneiras para o processo de redemocratização no país. As CEBs são grupos de pessoas que se encontram para refletir e transformar a realidade”.

Isso implica em afirmar que as CEBs apresentam no seu modo ser e atuar no contexto social um aspecto dinâmico e participativo para as mudanças na realidade brasileira, sendo consideradas como um movimento popular que propõe mudanças, com ações e práticas participativas nas decisões do país de forma significativa para transformação das estruturas dominantes que imperam no país.

No aspecto religioso, o marco relevante para a história das CEBs, como percebemos, se deu a partir do Vaticano II, na tentativa de aproximação da Igreja diante dos problemas da emergente sociedade contemporânea, levando-se em consideração os próprios interesses religiosos de uma Igreja que tenta conquistar o seu *rebanho*, cada vez mais afastado e desmistificado das *verdades da fé*.

A partir daí, a realidade latino-americana recebeu um comprometimento mais efetivo, pelo menos em parte, através de líderes religiosos e leigos, que, ligados à TL, se dedicaram e assumiram a realidade sofrida e empobrecida da população latino-americana. É neste parâmetro que podemos fazer um merecido destaque ao arcebispo de El Salvador Oscar Romero⁹ que foi brutalmente assassinado pela causa do povo salvadorenho, além de outros líderes e trabalhadores que tiveram suas vidas ceifadas diante das injustiças sociais.

Por isso, compreendemos que o papel das CEBs se expressa na afirmação de Teixeira (1988, p. 181) nos seguintes termos:

As CEBs no Brasil têm sinalizado o essencial imperativo da opção pelos pobres e de seu direito de cidadania na sociedade e na Igreja. Trata-se de uma convocação dirigida a todo o povo de Deus, no sentido de caminhar na perspectiva da igreja dos pobres, onde todos são chamados a viver com intensidade a comunhão fraterna e a integração de fé com a história a partir da sua realidade vital.

Além disso, Brandão (2005, p. 86) enfatiza que as CEBs têm também como um dos seus objetivos a ampliação não somente do círculo de pessoas como das instituições e dos símbolos, apresentando significados da própria ideia de igreja e de “comunidade de fé”. Segundo ele, esta relação de aliados tanto católicos quanto não católicos, envolve ecumenicamente cristãos de diferentes confissões religiosas e até mesmo pessoas religiosas não cristãs.

Sendo assim, as CEBs no Brasil surgem como um novo olhar e uma nova forma de pensar partindo de dentro da Igreja, livre do aprisionamento e limitações estruturais e ideológicas tradicionais, no comprometimento social para com aqueles e aquelas que são excluídos por práticas e projetos econômicos desastrosos, voltados apenas para atender aos interesses de uma pequena parcela da população com grandes riquezas em detrimentos da maioria da população, vivendo em estado de pobreza e miséria.

Considerações Finais

As CEBs trazem na sua bagagem de lutas e atuações religiosas, políticas e sociais uma das mais expressivas experiências que a Igreja no cenário de América Latina, e, principalmente no Brasil, têm realizado nas últimas décadas, sobretudo, ao que se configura o contexto histórico a partir do final dos anos 60, nos tempos da ditadura militar no país.

Sua gênese no Brasil, conforme sinalado acima, permearam de forma efervescente por volta dos anos 70 e 80, cuja contribuição deste movimento eclesial popular impactava ostensivamente nos aspectos sociais e políticos, buscando direcionar as camadas populares para uma força conscientizadora mediante os gravíssimos problemas da realidade latino-americana, que não se configura como prioridade aos olhos do mundo europeu capitalista.

Neste sentido, a partir das ações coletivas como elementos de relações políticas e sociais se buscou compreender a atuação das CEBs e dos movimentos sociais, enquanto instrumentalizações e elementos norteadores na tomada de consciência para as pessoas diante de uma sociedade excludente e injusta, onde prevalece quem detém a força ideológica de um poder dominante e legitimado sobre aqueles que enxergam ou querem enxergar novos horizontes e perspectivas de vida com dignidade.

Visto assim, compreendemos que, para além de uma nova proposta interpretativa dos acontecimentos da sociedade contemporânea, se propõe o caminhar de uma nova história social em que o maior responsável é o sujeito, que, dependendo da maneira como vai agir e interagir com os demais, sofrerá as consequências negativas ou as conquistas da sua construção social.

Foram neste viés que, em meio aos desafios enfrentados pelas CEBs e pelos movimentos sociais que se buscou analisar a centralidade na causa do pobre, aqueles que se encontram dentro do seu contexto social, mas fora da realidade de direitos, valorização e humanidade, simplesmente a olhar com certo distanciamento, sem perspectivas de mudanças. Portanto, na mesma direção que buscamos compreender as comunidades de base dentro das diferentes experiências religiosas, de enfraquecimento, que teve que se calar, silenciar enquanto grupo, abaixo de um poder legitimador e de uma instituição tradicional, elas jamais deixaram de *optar preferencialmente pelos pobres*, mas tiveram que se ressignificar, para continuar semeando esperança, transformação e libertação para uma sociedade sequiosa por igualdade social.

Notas

³ O Concílio Vaticano II ocorreu de 1962 a 1965. Foi convocado e inaugurado pelo Papa João XXIII e finalizado pelo Papa Paulo VI. A proposta de renovação da Igreja com o Vaticano II é assumir as orientações do papa João XXIII, que desejava uma Igreja aberta ao mundo contemporâneo, aos cristãos não católicos e ao mundo dos pobres.

⁴ Medellín, II Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, convocada pelo Papa Paulo VI (RIBEIRO, 2012, p. 103).

⁵ Puebla, III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada no México no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, inaugurada pelo Papa João Paulo II (RIBEIRO, 2012, p. 111).

⁶ Para Richard (2006, p. 29), a involução seria o retrocesso da Igreja Católica após todo um processo de reforma eclesial proposto no Concílio Vaticano II, voltando-se ao fortalecimento da Cúria Romana e ao poder centralizador da Igreja anteriormente defendido pelo *modelo tridentino de Igreja*.

⁷ O método hermenêutico ver-julgar-agir tinha como objetivo conhecer primeiramente a realidade do contexto do povo sofrido para em seguida, à luz da Palavra de Deus (bíblia), julgar esta realidade e, finalmente partir para a ação, visando solucionar os problemas vivenciados pela comunidade.

⁸ A paróquia é centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos. O seu vínculo com a comunidade diocesana é garantido pela união com o bispo, que confia a seu representante (normalmente o pároco) o cuidado pastoral da comunidade. A paróquia vem a ser para o cristão o lugar de encontro, de fraterna comunicação de pessoas e de bens, superando as limitações próprias às pequenas comunidades. (PB, 1979, p. 192, nº 644).

⁹ Foi Arcebispo de El Salvador (1977-1980). Foi assassinado durante uma Eucaristia a que presidia. Uma de suas frases marcantes: “Se me matarem, ressuscitarei no povo salvadorenho”. Disponível em: <<https://pastoralfeopolitica/especial/personalidade/oscar-romero>>. Acesso: 13 jan.2015.

Referências:

Livros:

BETTO, Frei. **Catecismo popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PESSOA, Jair de Moraes. **Os rostos do Deus do outro: mapas, fronteiras, identidade e olhares sobre a religião no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

BOFF, Clodovis. **Comunidade eclesial – comunidade política**: ensaios de eclesiologia política. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo**. Eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo. 3. edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

COMPÊNDIO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja. **Lumen Gentium**. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II. **Gaudium et Spes**. São Paulo: Paulinas, 2007.

Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM). **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – MEDELLIN**. Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 1968.

_____. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – PUEBLA**. Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 1979.

FERNANDO, Adelson da Costa. **Globalização, religião e mercado de bens simbólicos**: manifestações carismáticas na cidade de Manaus. São Paulo: Todas as Musas, 2014.

FUELLENBACH, John. **Igreja**: comunidade para o reino. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção Ecclesia XXI).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1991.

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**: o povo das comunidades eclesiais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICHARD, Pablo. **Força ética e espiritual da Teologia da Libertação**: no contexto da atual globalização. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção Questões em Debate).

TEIXEIRA, Luís Faustino Couto. **A gênese das CEBs no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. et al. **CEBs, cidadania e modernidade**: uma análise crítica. São Paulo: Paulinas, 1993.

Artigo:

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16 n. 47, maio-ago. 2011.

MACHADO, Odilon Kieling. **As CEBs e a luta por trabalho, emprego e renda:** o caso da ocupação no bairro Mathias Velho, em Canoas-RS (1978-1984). *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1. n. 3, mar. 2012.

Tese:

RIBEIRO, Ademar Santos. **A relevância da dimensão sociotransformadora na ação pastoral da diocese de Santarém.** Dissertação [Mestrado em Teologia Sistemático Pastoral na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR]. Santarém: Editora e Artesanato Gráfico Tiagão, 2012.

SILVA, Edvânia Gomes da. **Os (des)encontros da fé:** análise de dois movimentos da Igreja Católica. Tese. [Doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas]. Campinas: [s.n.], 2006.